



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO 1000265-38.2024.8.26.0359

ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, empresa especializada em administração judicial em processos de recuperação judicial e falência, inscrita no CNPJ n. 38.023.379/0001-28, com endereço na Rua Jair Martins Mil Homens, n. 500, sala 605, sexto andar, Edifício Navarro Building, Vila São José, na cidade de São José do Rio Preto/SP, CEP: 15090-080, tel. 17.3229-3310 e email: contato@anzbrasil.com.br, por sua representante legal NATALIA ZANATA, advogada inscrita na OAB/SP 214.863, nomeada para a realização da PERÍCIA nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL em epígrafe, requerida por **SUPERMERCADO RODRIGUES & LETHI LTDA**, vem, respeitosamente, ante Vossa Excelência, em atendimento ao r. despacho de fls. 312/317, apresentar o **LAUDO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA** – acompanhado das fotos (tiradas no dia da visita ocorrida na data de 25 de abril de 2024) que integram o presente relatório, bem como, dos documentos em anexo, fornecidos pela empresa no início do prazo estabelecido para a perícia, que já foram devidamente analisados para as conclusões contidas no laudo.



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Informo que esta Auxiliar se coloca à inteira disposição de Vossa Excelência, dos nobres advogados da proponente Recuperanda, do ilustre representante do Ministério Público e dos demais interessados, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São José do Rio Preto/SP, 29 de Abril de 2024.

ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
NATALIA ZANATA
OAB/SP:214.863



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

1. VISITAÇÃO E OPERAÇÕES DA EMPRESA	2
2. INFORMAÇÕES DA CAUSAS DA CRISE	14
3. RELATÓRIO DE PROCESSOS CONTRA A EMPRESA	15
4. ENDIVIDAMENTO	15
4.1. Dívidas Sujeitas à Recuperação Judicial.....	15
4.2. Dívida Fiscal.....	16
5. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	16
6. AUTORIZAÇÃO PARA O AJUIZAMENTO DO PEDIDO DE RJ	17
7. CONFERÊNCIA CUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 47, 48 E 51 DA LREF	18
7.1. Art. 47 da LREF.....	18
7.2. Art. 48 da LREF.....	19
7.3. Art. 51 da LREF.....	19
8. RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	20
9. RELAÇÃO DE BENS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	20
10. DO IMÓVEL SEDE DA EMPRESA	22
11. BENS PATRIMONIAIS DECLARADOS	22
12. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (Art. 51 Inciso II)	23
12.1. Resumo do Desenvolvimento Econômico da Atividade.....	24
12.2. Análise Detalhada: Balanço Patrimonial (Art. 51 Inciso II a e Inciso II c).....	25
12.2.1. Clientes.....	25
12.2.2. Direitos Realizáveis A Curto Prazo (Estoque).....	26
12.2.3. Imobilizado.....	26
12.2.4. Endividamento.....	26
12.2.5. Patrimônio Líquido.....	27
12.2.6. Capital Social.....	28
12.2.7. Resultado do Período.....	28
12.3. Índices de Liquidez.....	28
12.3.1. Índice de Liquidez Corrente.....	29
12.3.3. Índice de Liquidez Imediata.....	29
12.4. Extratos Bancários (Art. 51 Inciso VII).....	29
12.5. Demonstração do Resultado (Art. 51 Inciso II b e Inciso II c).....	30
12.5.1. Receita Líquida:.....	31
12.5.2. Gastos Operacionais:.....	31
12.6. Fluxo de Caixa (Art. 51 Inciso II d).....	32
13. CONCLUSÕES	32

1. VISITAÇÃO E OPERAÇÕES DA EMPRESA

Visando constatar as reais condições de funcionamento das empresas, foi visitado o estabelecimento comercial, SUPERMERCADO RODRIGUES & LETHI LTDA, requerente do pedido de recuperação judicial, situado na cidade de Pacaembu, região Oeste do Estado de São Paulo, entre Presidente Prudente e Araçatuba, uma cidade de 14.000 mil habitantes aproximadamente, que tem nos Serviços a principal fonte de renda da cidade.

A visita ao estabelecimento comercial foi feita pela advogada Natalia Zanata, acompanhada de sua assistente da equipe ANZ Administração Judicial, que vistoriaram todo o Supermercado instalado num prédio alugado na Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, Centro.

Trata-se de um estabelecimento pequeno, adequado ao porte da cidade, com boa estrutura de equipamentos e máquinas, gôndolas novas, limpas e bem organizadas na exposição dos produtos. Carrinhos de supermercados novos e limpos são expostos na frente do estabelecimento.

Fotos:





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Após a inspeção, fomos recebidas pelos administradores da empresa no Setor Administrativo: Sr João (pai) e seus filhos Marcelo e Fábio, que contaram a história da empresa, mostraram a forma de operação, os setores, as razões da crise financeira vivenciada e o empenho que vem empreendendo buscando a reestruturação.

Foto:



A empresa foi criada em 2004 como uma pequena mercearia; no decorrer dos anos foram expandindo a oferta de mercadorias, e em 2023 resolveram ampliar a gama de produtos aos seus consumidores, incluindo a oferta de hortifrutti, açougue e padaria.

Conforme veio relatado e ficou constatado, trata-se a requerente atualmente de um comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercado pequeno, com comércio varejista de carnes – açougues, comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

Foto:



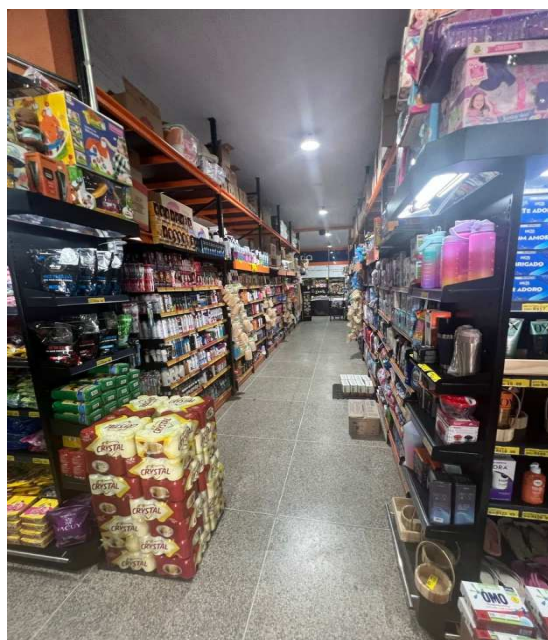


ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

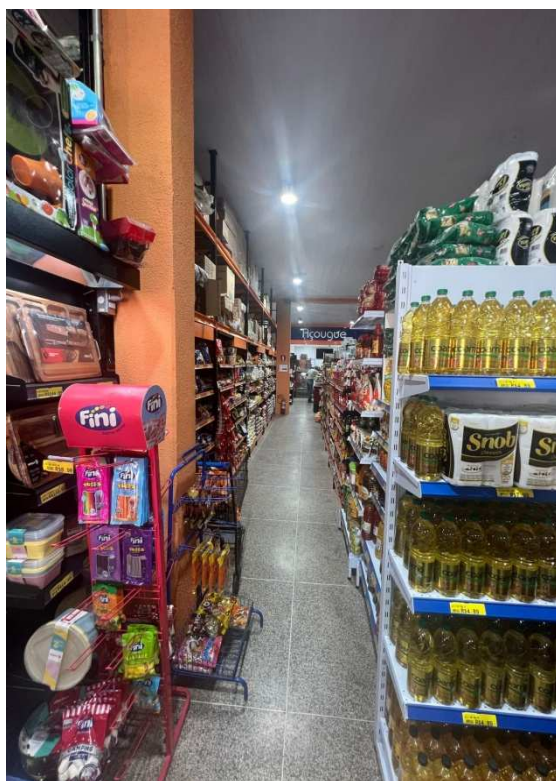
Consultor de Preços



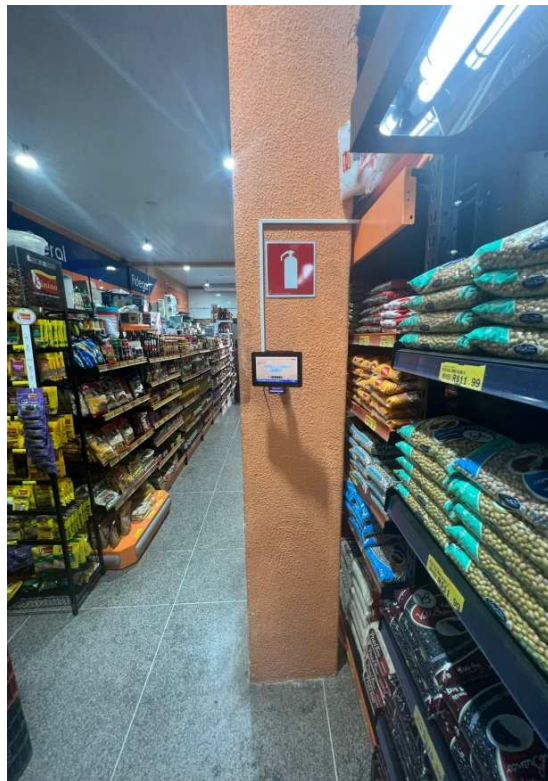
Gôndolas



Prateleiras



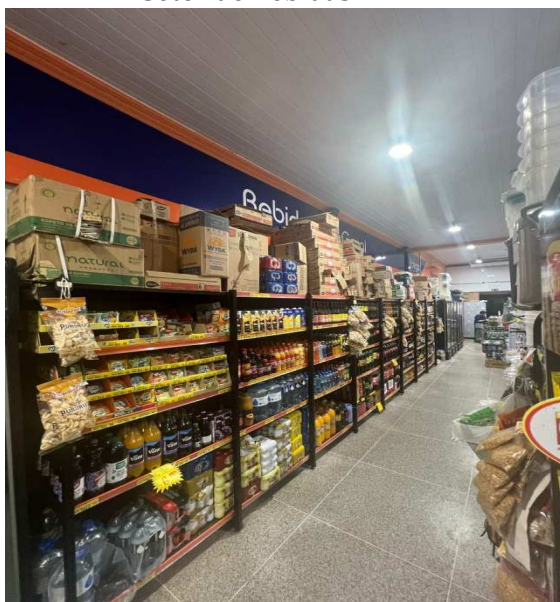
Prateleiras





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Setor de Bebidas



Setor de Adegas



Açougue





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Mesas e Máquinas – Açougue



Balcão - Frigorífico



Laticínios



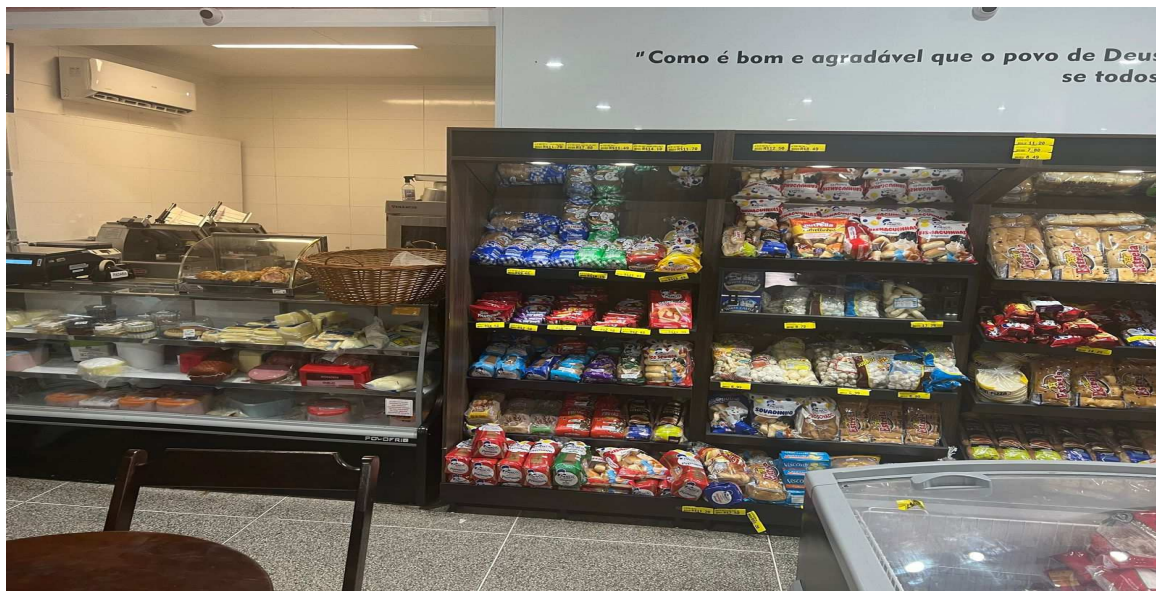
Setor de Bebidas Geladas





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Padaria



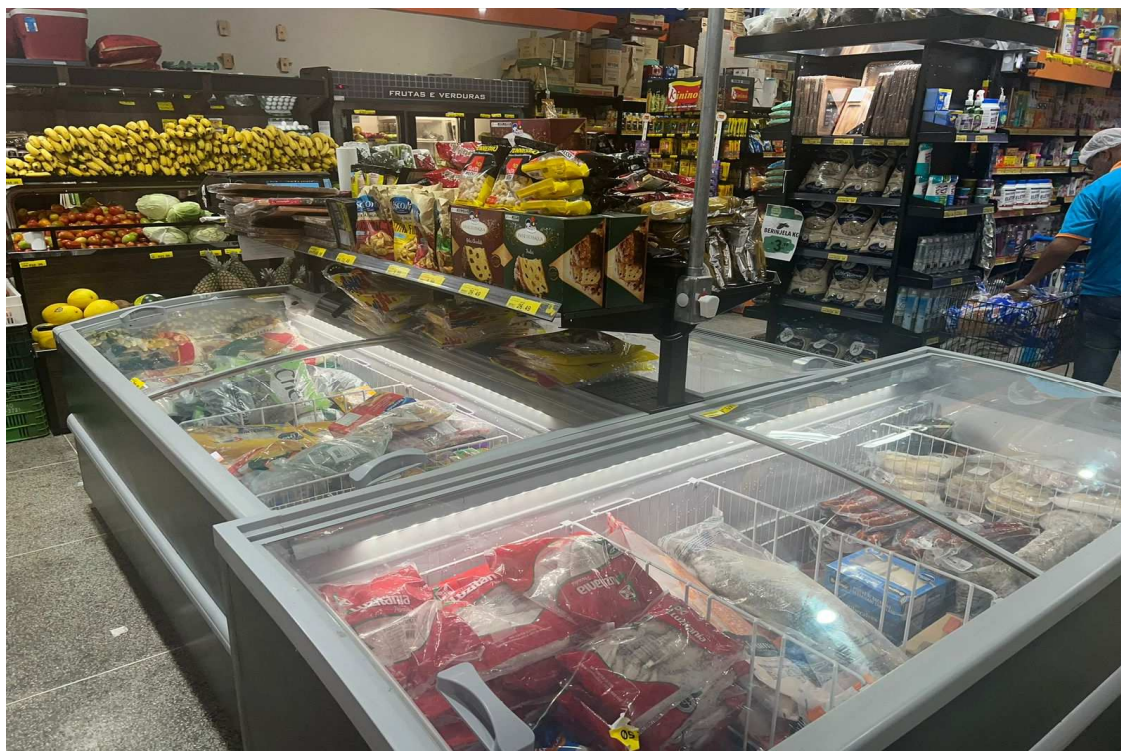
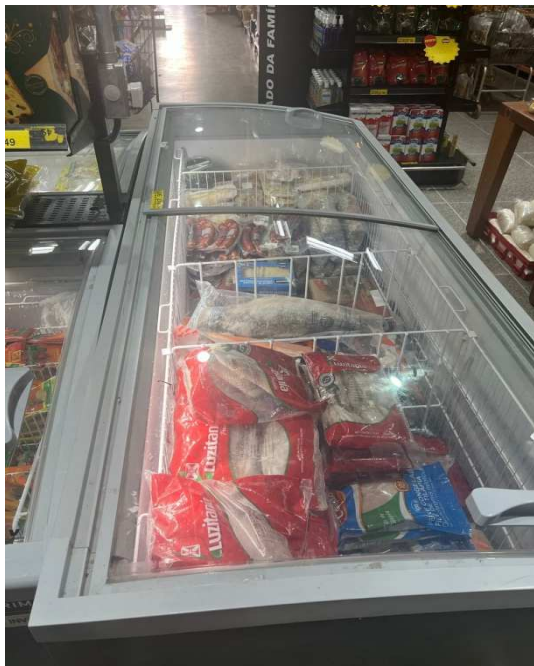


ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Padaria



Congelados





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Matinais



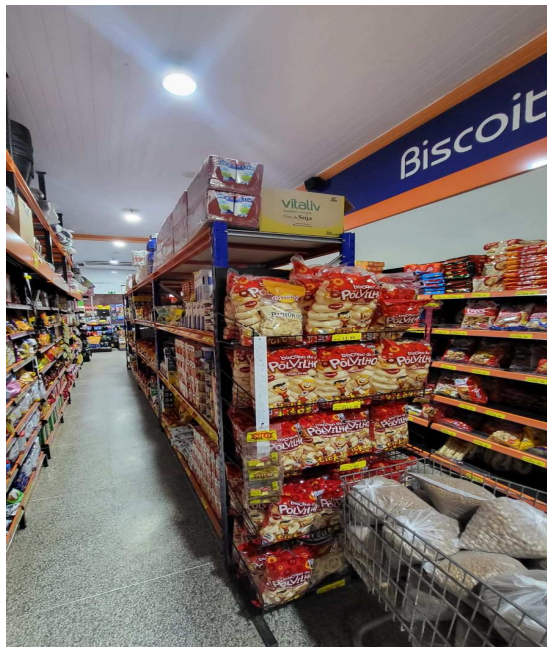
Hortifruti





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Setor de Biscoitos



Freezer

Freezer - Frutas e Verduras





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Freezer – Bebidas



Freezer – Gelo



Freezer – Sorvete



Freezer - Bebidas Geladas





ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Equipamentos - Ar-Condicionado e Monitoramento



Conforme veio informado pelo Sr. João, o estabelecimento cresceu num imóvel alugado na esquina do quarteirão, e com o aumento da demanda e procura pelos clientes por mercadorias de padaria, açougue e hortifruti, resolveram expandir, mudando em outubro de 2023 para um imóvel maior no meio do mesmo quarteirão, no qual se encontra atualmente o estabelecimento comercial: Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, centro, CEP: 17.860-000, em Pacaembu/SP.

Estabelecimento anterior



Estabelecimento atual





Para a expansão dos produtos e serviços oferecidos, foi necessário reformar, estruturar e equipar o imóvel com novas máquinas e equipamentos; passando a incluir a venda de massas, bolos, doces, salgados, frutas, verduras, legumes e o açougue, com os mais variados tipos de cortes, comidas e itens relacionados a churrasco.

Segundo relatado na visitação, a reestruturação do local gerou endividamento com reformas e compras de novos equipamentos.

As informações prestadas conferem com a vistoria e as análises dos documentos contábeis.

A empresa se socorreu de financiamentos bancários em 2023, quando celebraram novos empréstimos, aumentando o endividamento no PASSIVO NÃO CIRCULANTE – Passivo Exigível a longo prazo (que compõe Empréstimos bancários de longo prazo), que apresentou aumento de 946% comparado ao ano de 2022. Passando de R\$ 171.383,96 em 2022 para R\$ 1.621.786,63 no fechamento parcial de 2024.

No dia da visitação foi constatado a estrutura nova e bem organizada com gôndolas, prateleiras, freezer, carrinhos de supermercado, leitores de produtos, Checkout Caixa de Supermercado, em ótimo estado.

Foi constatado, também, que os equipamentos do Açougue são novos, estando bem equipado e organizado com câmaras frias, balança, serras, amaciadores e picadores de carnes, moedores, mesa inox, balcão de açougue.

Também nos foi relatado que no início de 2024 tiveram gastos não previstos com o descarte de carnes; produtos introduzidos no comércio da empresa que são altamente perecíveis e que demandam rigoroso controle de qualidade. A informação transmitida confere com aquelas observadas nas anotações contábeis da empresa, pág. 81, DRE de 2024, em Outras Despesas Operacionais, perdas, no valor de R\$99.797,79.



No dia da visitação informaram que estão empreendendo técnicas para melhor gerir os negócios sobretudo os novos setores do açougue, padaria e hortifruti, que demandam um melhor controle dos produtos para redução das perdas e dos gastos. Informaram também a contratação de uma empresa especializada em consultoria econômica PAREOS para melhor equacionar o fluxo de caixa da empresa e para a reestruturação do passivo.

Por fim, foi relatado que vem ocorrendo aumento gradativa das vendas, o que confere com as observações tiradas dos últimos meses das Receitas, conforme documento contábil DRE – Demonstrativo do Resultado de Exercício - no qual se nota grande evolução da receita bruta em 2024.

A respeito da frequência de *Compras* (giro dos produtos), informaram que gira em torno de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) de mercadoria mensal. Estando *Vendas total* ao mês em torno de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais). A informação prestada confere com a média da Declaração de Faturamento dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2024 (Declaração de Faturamento – **DOC 1 ANEXO**).

2. INFORMAÇÕES DA CAUSAS DA CRISE

- eventos políticos, econômicos e sanitários dos últimos anos que ocasionaram um aumento na taxa dos juros e da inflação na cadeia de suprimentos no país, o que tem gerado a diminuição das margens de lucro da empresa.
- aumento da concorrência;
- utilização de empréstimos bancários para ampliação e modernização da empresa;
- necessidade de capital de giro com a contratação de novos empréstimos e financiamentos, com altas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras.



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

3. RELATÓRIO DE PROCESSOS CONTRA A EMPRESA

Foi apresentada a relação, subscrita pelo devedor, das ações judiciais em que a empresa figura como parte. O relatório dos processos foi juntado à fl. 217, seguido pelas certidões do TJSP, TRF3 e TRT15 nas fls. 218/225, demonstrando o total de 1 (um) processo cível, no valor de R\$ 6.000,00, tratando-se, contudo, de um embargo de terceiro, datado de 2008, com sentença já transitada em julgado e arquivado desde 2009.

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. DÍVIDAS SUJEITAS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme se observa da relação nominal completa de credores juntada às fls. 194/201, o endividamento da empresa abrange créditos de 3 (três) classes previstas no art. 41 da Lei 11.101/2005, sendo elas: Classe I – Trabalhista, Classe III – Quirografários e Classe IV – ME e EPP, conforme detalhado no quadro abaixo, ressaltando que referidos valores podem ser objeto de alterações em decorrência do procedimento de verificação e habilitação de crédito.

CLASSE	VALOR	QUANTIDADE
CLASSE I - TRABALHISTA	R\$ 22.965,60	12
CLASSE II - GARANTIA REAL	R\$ 0,00	0
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO	R\$ 1.742.721,85	65
CLASSE IV - ME e EPP	R\$ 25.305,83	15
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO	R\$ 1.790.993,28	92



4.2. DÍVIDA FISCAL

Não houve a juntada pela recuperanda do Relatório Detalhado do Passivo Fiscal (art. 51, inc. X da Lei 11.101/2005. A informação extraída do balanço patrimonial de 2024 (fls. 48/50), demonstra que a empresa possui a longo prazo parcelamentos de impostos e contribuições no valor de R\$ 27.832,09. Ainda, possui obrigações a curto prazo referente a: (i) ICMS no valor de R\$ 13.124,80; (ii) INSS no valor de R\$ 23.208,44; (iii) FGTS no valor de R\$ 4.383,82; (iv) PIS no valor de R\$ 3.781,31; e, (v) COFINS no valor de R\$ 17.411,47.

5. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



Segue, de forma complementar, as principais alterações contratuais:

- **27/05/2013:** constituição da sociedade denominada Minimercado Rodrigues & Lheti Ltda, enquadrada como microempresa, que teve o início da atividade em 13/07/2004 (conforme informado na exordial – fl. 3), com capital social de R\$ 20.000,00, constando em seu quadro societário **João Marcos Rodrigues Lheti**, com valor de participação de R\$ 200,00, e **Marcelo da Silva Lethi**, com valor de participação de R\$ 19.800,00, sendo ambos administradores.
- **11/04/2023:** ingresso na sociedade **Fábio da Silva Lheti**, na situação de sócio e administrador, com valor de participação de R\$ 9.900,00, sendo redistribuído o capital



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

social e passando o sócio Marcelo da Silva Lheti a ter valor de participação de R\$ 9.900,00, e também foi alterado o objeto social para comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns, comércio varejista de carnes – açougues, comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

- 09/11/2023: alteração do nome empresarial para Supermercado Rodrigues & Lheti Ltda e do objeto social para comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados, comércio varejista de carnes – açougues, comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, também com a alteração do endereço da sede para a Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, Bairro Esplanada, CEP 17860-000, em Pacaembu/SP.

- 14/12/2023: alteração do endereço da sede para a Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.132, Bairro Esplanada, CEP 17860-000, em Pacaembu/SP.

► **Anotação: atualmente a empresa se encontra no endereço da Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, Bairro Esplanada, CEP 17860-000, em Pacaembu/SP (imóvel do meio do quarteirão) conforme corretamente informado na Petição inicial sendo este o local da sede atual e não como consta da última alteração da ficha cadastral.**

6. AUTORIZAÇÃO PARA O AJUIZAMENTO DO PEDIDO DE RJ

Nos autos, às fl. 307, consta procuração com outorga de poderes especiais pelo Supermercado Rodrigues & Lheti Ltda., assinada por Fábio da Silva Lheti, para ajuizamento da ação com pedido de Recuperação Judicial, acompanhada dos documentos constitutivos e cadastrais da empresa – fls. 21/31.



Foi adicionada a informação – enviada pelo jurídico – de aprovação da opção pela recuperação judicial por todos os sócios, conforme Ata da Reunião –DOC ANEXO 2.

7. CONFERÊNCIA CUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 47, 48 E 51 DA LREF

Abaixo trazemos as tabelas preenchidas com as conferências das informações da empresa:

7.1. ART. 47 DA LREF

Fundamento legal	Dimensão	Item a ser verificado	Julgamento do analista
Art. 47	Manutenção de fonte produtora e condições de superar a crise econômica	Existe receita operacional vinculadas às atividades empresárias?	SIM
		Globalmente, a estrutura física utilizada pela entidade é suficiente para a consecução de seus negócios?	SIM
		A entidade dispõe de ativos em quantidade suficiente para continuar a produzir?	SIM
		Os nativos destinados à produção / desenvolvimento da atividade principal, estão em estado adequado?	SIM
	Manutenção do emprego	O número atual de funcionário permite que a entidade continue a produzir/ vender/ prestar serviços ou mercadorias com vista a retomar a normalidade de suas operações?	SIM
		O potencial de empregabilidade é significativo para a cidade?	SIM
		A empregabilidade é relevante na região onde atua?	SIM
		A empresa gera empregos indiretos?	SIM
	Função social e estímulo à atividade econômica	A entidade é um player relevante em seu segmento de atuação?	SIM
		Os produtos/serviços produzidos pela entidade não possuem substitutos no mercado?	Não concordo
	Interesse dos credores	É possível calcular a moeda de quitação (Ativo total/ Passivo total sujeito e não sujeito à recuperação judicial) na data do pedido?	SIM
		É possível aferir a rentabilidade média dos ativos? (Lucro Operacional ajustado/ Ativo total).	SIM



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

--	--	--	--

7.2. ART. 48 DA LREF

Fundamento legal	Dimensão	Item a ser verificado	Justificativa teórica/ Racional para a avaliação do Item	Julgamento do analista	Justificativa resumida quando o analista não atribui pontuação máxima
Art. 48	Certidões e legalidade do pedido	Comprovante de que desenvolve atividade regular há mais de 2 (dois) anos	Disposição expressamente contida no art.48	ITEM SATISFEITO	Constituição 2013: fls. 29/31 Demonstrações contábeis a partir de 2021
		Comprovante de não ter sido falida e, se foi, comprovante de que as responsabilidades decorrentes da falência, estejam declaradas extintas por sentença transitada em julgado	Disposição expressamente contida no art.48	ITEM SATISFEITO	Inexistência de falência anterior, conforme certidões de fls. 219/220
		Comprovante de não ter obtido concessão de recuperação judicial há menos de cinco anos, seja no rito normal, seja no rito especial para microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	Disposição expressamente contida no art.48	ITEM SATISFEITO	Inexistência de recuperação judicial anterior, conforme certidões de fls. 219/220
		Comprovante de que a entidade não foi condenada por nenhum crime previsto na lei 11.101/2005.	Disposição expressamente contida no art.48	ITEM SATISFEITO	Inexistência de processos criminais, conforme certidões de fls. 221.
		Comprovante de que os administradores não tenham sido condenados por nenhum crime previsto na lei 11.101/2005.	Disposição expressamente contida no art.48	ITEM SATISFEITO	Inexistência de processos criminais, conforme certidões de fls. 221.

7.3. ART. 51 DA LREF

Fundamento legal	Dimensão	Item a ser verificado	CONFERÊNCIA
Art.51	Petição inicial	Exposição, na petição inicial, das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira.	ITEM SATISFEITO
		Apresentou as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estritas observância da legislação societária aplicável e composta obrigatoriamente de:	ITEM SATISFEITO:
		a) Balanço patrimonial;	2021: fls. 34/35 2022: fls. 38/39 2023: fls. 43/44 2024 (jan. e fev.): fls. 48/50
		b) Demonstração de resultados acumulados;	2021: fl. 36 2022: fls. 40/41



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

			2023: fls. 45/46
		c) Demonstração do resultados deste o ultimo exercício social: e	2024 (jan. e fev.): fls. 51/52
		d) Relatório gerencial de fluxo de caixa e sua projeção	Fls. 190/191 dentro do Laudo de Viabilidade Econômica.
		Relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação de endereço de cada um a natureza, classificação e o valor atualizado do credor, discrimina sua origem, o regime dos respectivos vencimento e a indicação dos registros contábeis cada transação pendente	ITEM SATISFEITO Fls. 194/201
		Relação integral dos empregados, em que contém as respectivos funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento	ITEM SATISFEITO Fl. 202/203
		Certidão de regularidade de devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores	ITEM SATISFEITO Certidão simplificada JUCESP: fls. 29/31 Última alteração do contrato social: fls. 21/28
		Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor	ITEM SATISFEITO Fl. 204/210
		Extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de seus eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundo de Investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas em instituições financeiras	ITEM SATISFEITO Fls. 53/176
		Certidão dos cartórios de protestos situada na comarca domicilia ou sede do devedor e naquelas onde possui filial	ITEM SATISFEITO Fls. 211/212
		Relação, subscritas pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados	ITEM SATISFEITO Fls. 217/218

8. RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Na fl. 203, a requerente apresentou a relação integral de funcionários ativos, estando vinculados à empresa 19 funcionários, distribuídos nos seguintes setores: 5 no caixa, 1 vendedor, 3 entregadores, 4 açougueiros, 3 repositores, 2 estoquistas e 1 forneiro.

9. RELAÇÃO DE BENS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE

Segundo os documentos contábeis, fls. 48, do Balanço Patrimonial 2024 - acumulado jan e fev, o ativo não circulante em 2024 aponta o valor de R\$2.387.660,80 assim elencado:



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

IMOBILIZADO	2.367.660,00
MOVEIS E UTENSÍLIOS	395.125,23
MAQUINARIOS	218.650,00
INSTALAÇÕES	625.650,00
COMPUTADORES E IMPRESSORAS	135.695,85
FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS	29.100,00
REFORMAS E AMPLIAÇÕES	626.170,01
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	357.269,84

Dada a exigência do art.51, inc. XI, da Lei 11.101/2005, foi fornecida a relação de ativos não circulantes de forma detalhada pela empresa, conforme trazido no DOC

ANEXO 3:

- 1 TV Padaria 32°
- 1 TV Açogue 49°
- 2 Impressoras
- 3 Nobreak
- 1 Mesa
- 2 Cadeiras de Escritório
- 1 TV de câmeras 1
- 1 Bebedouro
- 1 Máquina de Vácuo
- 1 Tanquinho
- 1 Forno
- 1 Batedeira
- 1 Relógio de Ponto
- 1 Balcão
- 1 Frigorífico de Açogue
- 1 Balcão de Padaria
- 1 Estufa
- 4 Balanças
- 1 Expositor de Hortifruti
- 5 Checkout
- 90 metros de gôndolas
- 6 Geladeiras horizontal (4 geladeiras de 3 metros e 2 geladeiras de 2 metros)
- 3 Ilhas frigoríficas para congelados
- 2 Campainhas
- 5 Freezers vertical de duas portas cada
- 1 Câmara fria 2,5 metros quadrados
- 1 Câmara fria 3,0 metros quadrados
- 2 Fatiadores de frios
- 2 Cervejeiras Horizontal
- 1 Serra fita
- 1 Moedor de Carne



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- 1 Amaciador de Carne
- 1 Enchedor de Linguiça
- 2 Bancas de Hortifruti que faz névoa
- 1 Balcão recepção
- 5 Computadores (caixa)
- 1 Mesa para o salão
- 2 Conjuntos de mesa
- 1 Caminhonete Ford Ranger 2010/2011 – Placa EGO-0913
- 1 Moto Honda CG 125 cargo 2014/2014 – Placa FUY-5098
- 1 Moto Honda CG 125 cargo 2014/2014 – Placa FUT-2088

10. DO IMÓVEL SEDE DA EMPRESA.

Informamos que o imóvel no qual se encontra estabelecido o comércio na Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, CEP 17860-000, é alugado (Contrato de Locação anexo – **DOC ANEXO 4**).

11. BENS PATRIMONIAIS DECLARADOS

Na fl. 206, foi apresentada a relação dos bens particulares do sócio João Marcos Rodrigues Lheti, exigência do art. 51, inc. VI da Lei 11.101/2005, por meio de declaração simples, informando que seu patrimônio é composto apenas por 200 quotas da empresa requerente, Supermercado Rodrigues & Lheti Ltda.

Na fl. 208, encontra-se a relação dos bens particulares do sócio Marcelo da Silva Lheti, informando que o seu patrimônio é composto por: (i) 9.900 quotas da empresa Supermercado Rodrigues & Lheti Ltda.; (ii) um imóvel residencial de alvenaria, sito na Rua Alagoas, nº 522, Jardim Maraja, Pacaembu/SP, matrícula nº 9508, do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; (iii) 1/3 da fração ideal do imóvel residencial sito a Rua Holanda, nº 354, Vila Esplanada, em Pacaembu/SP, matrícula nº 525 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; (iv) 1/3 da fração ideal do imóvel residencial sito a Avenida Coripheo de Azevedo Marques, nº 1201, Vial Peres, em Pacaembu/SP, matrícula nº 525 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; (v) um imóvel residencial sito na Avenida Coripheo de Azevedo Marques, nº 257, Jardim Canada, em Pacaembu/SP, matrícula nº



11.720 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; e, (vi) um imóvel residencia de alvenaria sito na Rua Paraná, Jardim Maraja, em Pacaembu/SP, matrícula nº 11.698 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP.

E na fl. 210, encontra-se a relação de bens particulares referentes ao sócio Fábio da Silva Lheti, informando que seu patrimônio é composto por: (i) 9.900 quotas da empresa Supermercado Rodrigues & Lheti Ltda.; (ii) 1/3 da fração ideal do imóvel residencial sito a Rua Holanda, nº 354, Vila Esplanada, em Pacaembu/SP, matrícula nº 1278 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; (iii) 1/3 da fração ideal do imóvel residencial sito a Avenida Coripheu de Azevedo Marques, nº 1201, Vial Peres, em Pacaembu/SP, matrícula nº 525 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; (iv) 50% do imóvel residencial sito a Rua Bauru, nº 10012, Loteamento Guaraniuva, na cidade de Pacaembu/SP, matrícula nº 8111 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP; e, (v) 50% do imóvel residencial sito a Rua Coroados, nº 424, loteamento Vila Peres, na cidade de Pacaembu/SP, matrícula nº 10.804 do Cartório de Registro de Imóveis de Pacaembu/SP.

► **Cumprir informar que não houve apresentação da Declaração de Imposto de Renda dos sócios.**

12. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (Art. 51 Inciso II)

Foram apresentados os demonstrativos contábeis consolidados (Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados) referentes aos anos de 2021, 2022, 2023, conforme se verifica às fls. 34/44, e o demonstrativo parcial acumulado de janeiro a fevereiro de 2024 (fls. 48/50). Também foram apresentados os Demonstrativos de Lucros/Prejuízos acumulados dos mesmos períodos anteriormente citados, apontados por cada ano (fls. 36/52) e os extratos bancários de fls. 53/176.

A empresa mantém 1 (um) CNPJ ativo, sendo o CNPJ 02.126.397/0001-98 com sede Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, Centro, CEP 17860-000, na cidade de



ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pacaembu, Estado de São Paulo.

Com base nos documentos apresentados a contabilidade encontra-se centralizada no CNPJ da cidade de Pacaembu - SP.

A partir dos documentos juntados com a inicial, apresentamos a análise prévia abaixo, referente ao desenvolvimento econômico das atividades da empresa.

12.1. RESUMO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ATIVIDADE

No âmbito do desenvolvimento da atividade empresarial, destacam-se as seguintes informações identificadas pela análise dos documentos juntados com a inicial:

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL		Fonte: BALANÇO PATRIMONIAL			
	2021	2022	2023	2024 (parcial)	
PATRIMONIO LIQUIDO	-267.147,34	-228.223,74	-595.081,21	-552.138,39	

EVOLUÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS		Fonte: DRE			
	2021	2022	2023	2024 (parcial)	
Receita Bruta	772.948,28	1.248.773,80	2.189.267,23	1.247.434,59	
Lucro Líquido do Período	0,00	105.173,76	105.173,76	42.942,82	
Prejuízo Líquido do Período	-156.970,44				

Evolução do Endividamento e do Ativo Líquido disponível		Fonte: BALANÇO PATRIMONIAL			
	2021	2022	2023	2024 (parcial)	
PASSIVO					
Passivo Circulante	297.866,67	336.030,90	833.172,54	1.931.161,18	
Passivo Não Circulante	154.865,99	154.865,99	1.008.531,99	1.681.979,29	
TOTAL	452.732,66	490.896,89	1.841.704,53	3.613.140,47	
ATIVO					
Ativo Líquido	19.585,80	39.355,55	700.685,70	353.239,74	
Disponível	9.914,90	39.354,99	700.685,70	350.877,00	
Bancos	9.670,90	0,56	0,00	2.362,74	



ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

12.2. ANÁLISE DETALHADA: BALANÇO PATRIMONIAL (Art. 51 Inciso II a e Inciso II c)

Nesta análise nota-se que nos últimos anos, destacam-se principalmente as rubricas abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	2021	2022	2023	2024 (parcial)
ATIVO	R\$ 185.585,32	R\$ 262.673,18	R\$ 1.246.622,46	R\$ 3.061.002,08
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 184.438,59	R\$ 261.526,42	R\$ 1.149.079,11	R\$ 611.242,99
DISPONIVEL	9.914,90	39.354,99	700.685,00	350.877,94
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	174.523,69	222.171,43	448.394,11	260.365,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.146,73	1.146,76	97.543,35	2.449.759,09
IMOBILIZADO	0,00	846,76	46.043,35	2.385.504,95
INVESTIMENTO	1.146,73	300,00	51.500,00	64.254,14
	0,00			
PASSIVO	185.585,32	262.673,15	1.246.623,16	3.061.002,08
PASSIVO CIRCULANTE	297.866,67	336.030,90	833.172,54	1.931.160,93
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	297.866,67	336.030,90	833.172,54	1.931.160,93
FORNECEDORES	126.844,11	164.646,94	166.048,00	309.374,30
OBRIGAÇÕES A PAGAR	171.022,56	171.383,96	667.124,54	1.621.786,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	171.022,56	155.537,26	507.334,41	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		9.833,09	66.987,38	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		6.013,61	92.802,75	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	154.865,99	154.865,99	1.008.531,83	1.681.979,29
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	154.865,99	80.736,53	27.832,09	1.681.979,29
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		74.129,46	980.699,74	
PATRIMONIO LIQUIDO	-267.147,34	-228.223,74	-595.081,21	-552.138,14
CAPITAL SOCIAL	-110.176,90	20.000,00	20.000,00	20.000,00
LUCROS ACUM. E/OU SALDO A DISP.	0,00	0,00	0,00	105.173,96
PREJUIZO ACUMULADO	-156.970,44	-353.397,50	-216.989,56	-720.254,92
RESULTADO DO PERIODO	-156.970,44	105.173,76	-398.091,65	42.942,82

12.2.1. DISPONÍVEIS

Demonstrou maior registro no ano de 2023 com disponibilidade imediata de caixa da empresa no valor de R\$ 700.685,00; mas registrou queda no ano seguinte, apresentando menor valor no fechamento parcial de 2024, apresentando saldo de R\$ 350.877,94 (trezentos e cinquenta reais, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos), em fevereiro de 2024.



12.2.2. DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO (Estoque)

Demonstrou maior registro no ano de 2023, quando atingiu a importância de R\$ 448.394,11 (quatrocentos e quarenta e oito reais, trezentos e noveta e quatro reais e onze centavos), o que indica o aumento no seu estoque, tendo no ano subsequente registrado uma redução de 58,07%, sendo analisado apenas o primeiro bimestre de 2024.

12.2.3. IMOBILIZADO

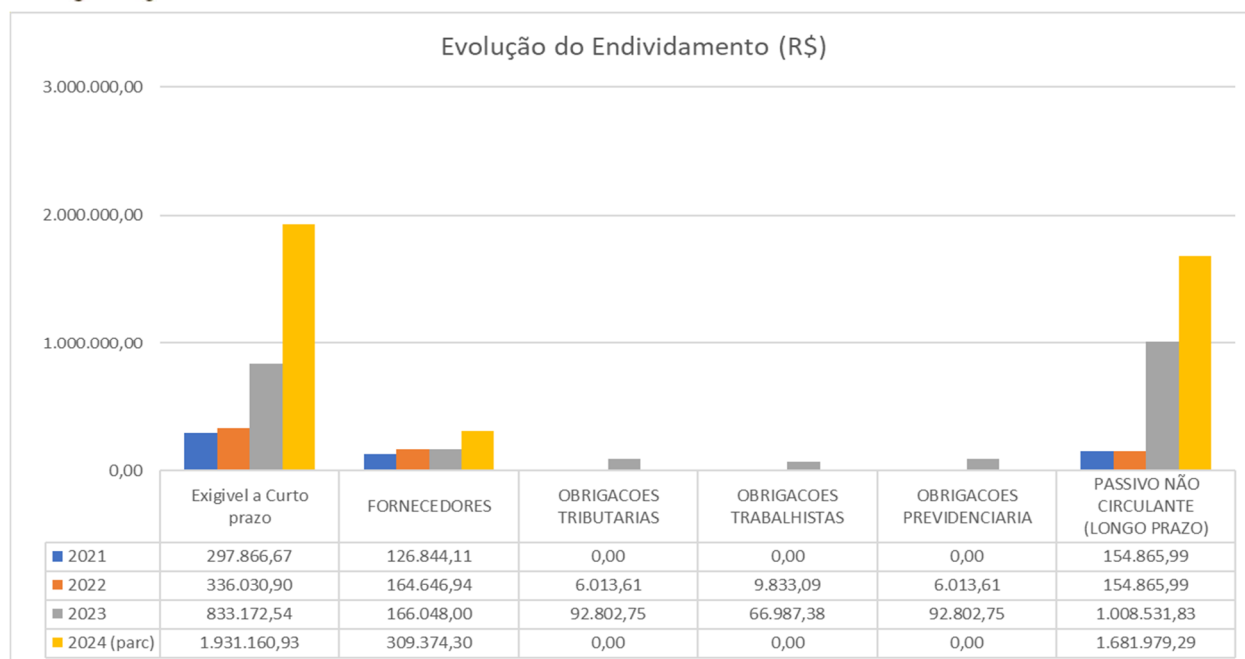
Demonstrou maior registro no ano de 2024. Sendo composto por móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações, computadores e maquinários diversos. Aumentando seu valor de R\$ 1.146,73 em 2021 para R\$ 2.449.759,09 em 2024.

12.2.4. ENDIVIDAMENTO

O endividamento é crescente em razão principalmente das rubricas Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos (a curto Prazo) e Exigível a Longo Prazo, totalizando no fechamento parcial de 2024, R\$ 3.061.002,08 (três milhões, sessenta e um mil, dois eais e oito centavos). Entre 2023 e 2024, nota-se aumento em todas a rúbricas, destacando-se principalmente **PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações a pagar (curto prazo)** que compõe operações bancárias, obrigações trabalhistas e tributárias, e **PASSIVO NÃO CIRCULANTE – Passivo Exigível a longo prazo (que compõe Empréstimos bancários de longo prazo), que apresentou aumento de 946% comparado ao ano de 2022. Passando de R\$ 171.383,96 em 2022 para R\$ 1.621.786,63 no fechamento parcial de 2024.**



ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



12.2.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota-se que o Patrimônio Líquido da empresa é negativo. Isso acontece quando os valores das obrigações superam a soma de todos os ativos de uma empresa. O que ocorre devido a decorrência do prejuízo acumulado anual conforme extraído do Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL		2021	2022	2023	2024 (parcial)
ATIVO	R\$	185.585,32	R\$ 262.673,18	R\$ 1.246.622,46	R\$ 3.061.002,08
ATIVO CIRCULANTE	R\$	184.438,59	R\$ 261.526,42	R\$ 1.149.079,11	R\$ 611.242,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.146,73	1.146,76	97.543,35	2.449.759,09
PASSIVO		185.585,32	262.673,15	1.246.623,16	3.061.002,08
PASSIVO CIRCULANTE		297.866,67	336.030,90	833.172,54	1.931.160,93
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		154.865,99	154.865,99	1.008.531,83	1.681.979,29
PATRIMONIO LIQUIDO		-267.147,34	-228.223,74	-595.081,21	-552.138,14
CAPITAL SOCIAL		-110.176,90	20.000,00	20.000,00	20.000,00
LUCROS ACUM. E/OU SALDO A DISP.		0,00	0,00	0,00	105.173,96
PREJUIZO ACUMULADO		-156.970,44	-353.397,50	-216.989,56	-720.254,92
RESULTADO DO PERIODO		-156.970,44	105.173,76	-398.091,65	42.942,82



ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

12.2.6. CAPITAL SOCIAL

O **Capital Social** (fls. 24) subscrito é de R\$ 20 mil (vinte mil reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), cada quota, perfazendo o total de 20.000 (vinte mil) quotas sociais, distribuído aos sócios da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA) - O capital social da sociedade é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) cotas de capital social, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente subscritas; e

3.1) integralizadas, em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:

MARCELO DA SILVA LHETI.....	9.900 cotas de	R\$ 1,00=	R\$ 9.900,00
FÁBIO DA SILVA LHETI.....	9.900 cotas de	R\$ 1,00=	R\$ 9.900,00
JOÃO MARCOS RODRIGUES LHETI.....	200 cotas de	R\$ 1,00=	R\$ 200,00
TOTAL.....	20.000 cotas de	R\$ 1,00=	R\$ 20.000,00

12.2.7. RESULTADO DO PERÍODO

No ano de 2024 (fechamento do primeiro bimestre), a rubrica de Lucros/Prejuízos fechou positivo no valor de R\$ 42.942,82 (quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), onde reflete a situação atual da empresa, conforme Resultado do Período (fls: 49/50) apresentado.

12.3. ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Para complementar as análises contábeis, neste Relatório, apresentaremos alguns índices de liquidez como uma das bases para nossas análises.

Como regra geral, a leitura dos índices de liquidez é feita da seguinte maneira:

- Índice de liquidez maior do que 1: a empresa possui alguma folga para cumprir com suas obrigações.
- Índice de liquidez igual a 1: os valores à disposição da empresa empatam com as contas que ela tem para pagar.
- Índice de liquidez menor do que 1: se a empresa precisasse quitar todas as suas obrigações no curto prazo, ela não teria recursos suficientes.



ANZ BRASIL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Acrescentamos que quanto maior for o índice de liquidez da empresa, maior tende a ser sua saúde financeira. No entanto, esses índices contábeis não devem ser considerados isoladamente. Para ter uma visão geral do grau de liquidez de uma companhia, é preciso também ter em conta seu tipo de atividade e outros indicadores.

12.3.1. Índice de Liquidez Corrente – análise do ano de 2024 (parcial)

Considerando os recursos de rápida conversão em dinheiro (caixa, banco, aplicações financeiras e clientes a curto prazo), **atualmente a empresa possui R\$0,32 para cada R\$1,00 de dívida, conforme abaixo:**

		Ativo Circulante		Passivo circulante					
Fórmula: índice de liquidez corrente =		-----							
		2021		2022		2023		2024 (parcial)	
ILC =		184.438,50	0,62	261.526,42	0,78	1.149.079,61	1,38	611.242,99	0,32
		297.866,67		335.030,90		833.172,54		1.931.161,18	

12.3.2. Índice de Liquidez Imediata – análise do ano de 2024 (parcial)

Considerando os recursos, é a capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações e realizar os pagamentos imediatamente. **Ou seja, a empresa tem, de imediato, cerca de 18% do valor necessário para pagar todas as suas obrigações de curto prazo.**

		Disponível		Passivo circulante					
Fórmula: índice de liquidez imediata =		-----							
		2021		2022		2023		2024 (parcial)	
ILI =		9.914,90	0,03	39.354,99	0,12	700.685,70	0,84	350.877,00	0,18
		297.866,67		335.030,90		833.172,54		1.931.161,18	

12.4. EXTRATOS BANCÁRIOS (Art. 51 Inciso VII)

Às fls. 53/176 foram apresentados extratos bancários relativos ao período de



ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Janeiro a Abril de 2024 das seguintes instituições financeiras:

1. Banco Sicredi,
2. Banco do Brasil
3. Banco Santander
4. Banco Sicoob

12.5. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Art. 51 Inciso II b e Inciso II c)

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO (D.R.E)	2021	2022	2023	2024 (parcial)
RECEITAS	734.300,87	293.508,43	2.072.924,75	1.135.347,73
Receitas Operacionais	772.948,28	312.193,45	2.189.267,23	1.247.434,59
(-) Deduções	-38.647,41	-18.718,81	-143.803,21	-112.086,86
(+) Receitas Financeiras		33,79	27.460,73	
(+) Juros e Descontos Obtidos		0,00	25.482,02	
RECEITA LIQUIDA	734.300,87	293.474,64	2.072.924,75	1.135.347,73
CUSTOS E DESPESAS		-188.334,67	-2.471.016,40	-825.152,70
(-) Custos	-772.958,28	-134.449,39	-1.471.273,07	-825.152,70
Credito Presumido Energia Eletrica	0,00	0,00	0,00	206,15
Compras a Prazo	-758.309,25	0,00	0,00	-622.114,90
Estoque Final de Mercadoria	174.523,69	0,00	0,00	260.365,05
Estoque Inicial de Mercadoria	-189.172,72	0,00	0,00	-448.394,10
Bonificações, Brindes e Doações	0,00	0,00	0,00	-15.214,90
(-) DESPESAS	0,00	-53.885,28	-999.743,33	-267.252,16
Despesas Operacionais	0,00	-53.885,28	-999.743,33	-267.252,16
(-) Despesas Administrativa	0,00	0,00	0,00	-123.107,07
(-) Despesas Trabalhistas	0,00	-29.865,84	-321.733,47	0,00
(-) Encargos Sociais	0,00	-2.098,37	-30.842,88	0,00
(-) Despesas Viagens	0,00	0,00	-17.976,02	0,00
(-) Despesas Mensais	0,00	-3.071,53	-27.031,09	0,00
(-) Despesas Gerais	0,00	-6.104,05	-143.298,29	-2.906,89
(-) Despesas Oper. Financeiras	0,00	-11.550,32	-433.881,53	-31.536,09
(-) Despesas Tributarias	0,00	-1.195,17	-24.980,05	-25.703,13
(-) Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00	0,00	-99.797,79
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00	0,00	15.798,81
LUCRO/PREJUÍZO BRUTO	-38.657,41	105.139,97	-398.091,65	310.195,03
(-) Despesas Administrativas	-118.313,03	0,00	0,00	0,00
FGTS Empregados	-7.257,04	0,00	0,00	0,00
Ordenados	-83.455,99	0,00	0,00	0,00
Prolabore	-27.600,00	0,00	0,00	0,00
LUCRO OPERACIONAL	-156.970,44	105.139,97	-398.091,65	42.942,87
(-) Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCRO CONTÁBIL LÍQUIDO antes da Contribuição Social	-156.970,44	105.139,97	-398.091,65	42.942,87
(-) Contribuição Social	0,00	0,00	0,00	0,00
PREJUÍZO CONTÁBIL LÍQUIDO antes do Imposto de Renda	-156.970,44	105.139,97	-398.091,65	42.942,87
(-) Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
PREJUÍZO	-156.970,44	105.139,97	-398.091,65	42.942,87
Prejuízo Líquido do Período	-156.970,44	105.139,97	-398.091,65	42.942,87



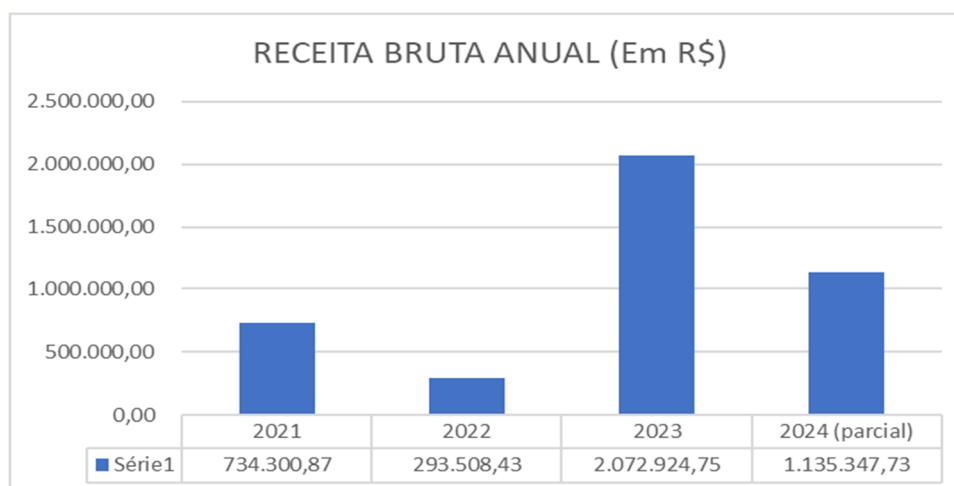
ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Na análise da evolução do DRE destacamos:

12.5.1. RECEITA LIQUIDA

A empresa apresentou crescimento em sua receita nos períodos de 2021 a 2024, demonstrado pela Receita Líquida na importância acima de R\$ 2 milhões (dois milhões de reais) no ano de 2023. Neste primeiro bimestre de 2024, já obteve receita bruta de R\$ 1.247.434,59 (Um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), considerado que se trata de apenas os dois primeiros meses deste ano, pela média a empresa, continuando neste crescimento, poderá chegar a receita de R\$ 7.484.607,54 ao final de 2024.

Abaixo segue ilustrada a evolução da receita bruta apresentado, dos últimos anos:



12.5.2. GASTOS OPERACIONAIS

Referem-se aos Custos, Despesas com Pessoal, Despesas Administrativas, Despesas Operacionais, Despesas Tributárias e Despesas Trabalhistas.

Embora, o Resultado (após o reconhecimento dos gastos operacionais, somados aos ganhos e despesas Financeiras, além da apuração do IR e CSLL), tenha apresentado prejuízo



ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(negativo) em 2023, nota-se que de janeiro a fevereiro de 2024, o resultado se inverteu, destacando-se o aumento expressivo nas receitas da ordem de 154,62% comparando ao ano de 2021, mesmo ainda estando parcialmente dentro do ano fiscal.

12.6. FLUXO DE CAIXA (Art. 51 Inciso II d)

À fl. 191 consta o Fluxo de Caixa projetado para o período de 2024 a 2028, estando abaixo ilustrado:

Projeção Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA	2024	2025	2026	2027	2028
(+) ENTRADAS DE CAIXA OPERACIONAIS	2.364.304,47	2.430.504,99	2.459.671,05	2.489.187,10	2.489.187,10
Revenda de Mercadorias	2.364.304,47	2.430.504,99	2.459.671,05	2.489.187,10	2.489.187,10
(-) SAÍDAS DE CAIXA OPERACIONAL	(2.278.199,38)	(2.300.220,66)	(2.331.895,24)	(2.364.096,65)	(2.364.096,65)
Custos	(1.588.904,93)	(1.633.394,27)	(1.652.995,00)	(1.672.830,94)	(1.672.830,94)
Departamento Pessoal	(318.840,72)	(284.820,99)	(287.969,01)	(291.161,34)	(291.161,34)
Despesas com Viagens	(18.802,92)	(19.442,22)	(20.064,37)	(20.706,43)	(20.706,43)
Despesas Mensais	(28.274,52)	(29.235,85)	(30.171,40)	(31.136,89)	(31.136,89)
Despesas Gerais	(147.483,53)	(152.386,02)	(157.157,01)	(162.080,68)	(162.080,68)
Despesas Operacionais Tributárias	(175.892,76)	(180.941,31)	(183.538,45)	(186.180,38)	(186.180,38)
(-/+) FLUXO OPERACIONAL	86.105,09	130.284,33	127.775,81	125.090,46	125.090,46
(-/+) FLUXO DE CAIXA FINANCEIRO	12.605,87	12.971,25	(99.474,08)	(99.271,87)	(99.270,87)
Receitas Financeiras	29.589,10	30.430,01	30.837,98	31.252,20	31.252,20
Despesas Financeiras	(16.983,23)	(17.458,77)	(130.312,05)	(130.524,07)	(130.523,07)
(=) GERAÇÃO DE CAIXA	98.710,96	143.255,58	28.301,74	25.818,59	25.819,59

Com relação ao Fluxo de Caixa, nota-se um cenário positivo em todo o período apresentado, suficiente para cobrir as obrigações como despesas Custos, Despesas Mensais e Despesas Gerais. Inclusive observa-se que foram apresentadas outras obrigações, como trabalhistas, tributárias, até mesmo com Despesas de viagens, para esta análise

13. CONCLUSÕES

As análises elaboradas neste laudo apontam que a requerente cumpre os requisitos dos artigos 48 para propositura do pedido, tendo instruído os autos com a documentação exigida no art. 51 da Lei 11.1014/2005 e a complementada em tempo para o presente relatório.



ANZ BRASIL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Pela visitação realizada, constatou-se que efetivamente está na cidade de Pacaembu, no endereço da Avenida Vereador José Gomes Duda, nº 1.118, CEP 17860-000, Centro, o estabelecimento comercial e sua administração, sendo este o ponto operacional, o centro decisório, administrativo, gerencial e coordenador das atividades empresariais.

Conforme sequência de fotos (parte integrante deste relatório) tiradas no dia da visitação (25/04/2024) no endereço acima, foi constatado pessoalmente no local a presença de trabalhadores em atividade, bem como de consumidores, caixas em operação, produtos em estoque, máquinas e equipamentos em atividade, sendo notório que o estabelecimento empresarial se encontra organizado para a exploração da atividade, gerando empregos diretamente e indiretamente e contribuindo para o desenvolvimento e economia local.

No mais, que o processo de recuperação judicial se mostra como uma alternativa viável para o aumento da geração de caixa e a tentativa de alongamento e desconto nas dívidas à longo prazo por meio de um Plano de Recuperação a ser apresentado, o qual poderá, bem ajustando as despesas da empresa e quitações concursais dos próximos períodos, vir a contribuir para a manutenção das atividades e solavanco financeiro do supermercado.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São José do Rio Preto/SP, 29 de abril de 2024.

ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

NATALIA ZANATA

OAB/SP 214.863